

Documento de Registro de Entrevista para o site MHEPTCPS

Centro Paula Souza

MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Percurso Histórico

Programa de História Oral na Educação

com

Mário Augusto de Souza

**Centro de Memória Maestro João Gomes de Araújo
Pindamonhangaba/SP**

2026

Ficha de cadastro

Tipo de entrevista: História oral de vida

Entrevistadora: Patricia Campos Magalhães / Escola Técnica Estadual João Gomes de Araújo, em Pindamonhangaba/ SP

Elaboração do roteiro da pesquisa: Patrícia Campos Magalhães

Local da entrevista: Etec João Gomes de Araújo

Data da entrevista: 26 de maio de 2026

Técnico de gravação: Patrícia Campos Magalhães

Duração: 9 minutos e 28 segundos

Número de vídeos: um

Transcritora: Patrícia Campos Magalhães

Número de páginas: 7

Sinopse da entrevista

Entrevista de história oral realizada pela professora Patrícia Campos Magalhães, curadora do Centro de Memória Maestro João Gomes de Araújo da Escola Estadual João Gomes de Araújo, com o superintendente Mario Augusto de Souza, em 26 de maio de 2026, presencialmente, com a finalidade de pesquisar sobre o percurso histórico do Técnico em Serviços Jurídicos nessa escola técnica.

Transcrição da entrevista

Datas da transcrição da entrevista: 29 de maio de 2026.

Transcritora: Patrícia Campos Magalhães

Recebimento da entrevista para edição: 28 de setembro de 2026.

Patricia Campos Magalhães (PCM): Boa tarde, Professor Mário, nós estamos aqui no dia 29 de maio de 2026, e a minha entrevista com um Professor Mário que é superintendente, que é superintendente aqui da escola (inaudível) que foi o primeiro professor contratado em Técnico de Serviços Jurídicos. A nossa proposta dessa entrevista de hoje, que é a primeira coisa que eu vou conversar, é sobre o técnico em serviços jurídicos. Agora eu vou focar em você, que daí a gente vai trocar uma ideia e você vai contar. Conta um pouco para mim, como é que foi essa entrada aqui na escola?

Mario Augusto de Souza (MAS): Então, o curso de Técnico de Serviços... na época, Técnico Jurídico, foi uma demanda observada pela direção da unidade, que publicou um concurso público, um processo seletivo para docente, em 2008 aproximadamente, para formar uma equipe de professores para atender essa demanda, no princípio, que é justamente a formação de profissionais nessa área.

MAS: Eu participei desse processo seletivo, na época você já era professora, nós tínhamos, além de você, outra professora, o professor Arlete (Arlete Cândido Monteiro Vieira), também na área de Direito, e nós começamos com uma turma, numa Classe Descentralizada, com 40 alunos. Foi algo bastante desafiador, porque o curso era novo na cidade, então a comunidade ainda não conhecia o curso, mas a gente foi trabalhando juntos, em parceria, e fomos construindo a identidade do curso a partir daquela primeira turma.

PCM: Na época descentralizada, quais eram os desafios do fato de ser descentralizada?

MAS: Desafios pelo fato de ser uma classe descentralizada, basicamente, chamar a população, despertar o interesse da população em estudar em um local diferente da sede da escola, que tem uma estrutura muito melhor e maior, e ao mesmo tempo, trabalhar na questão de a população conhecer um curso que até então não existia na cidade. A Etec de Pindamonhangaba, inovou trazer desse curso, foi a primeira Etec do Vale do Paraíba, na época da nossa Regional, agora do Vale do Paraíba e Litoral Norte, a ofertar o curso na época Técnico jurídico.

PCM: E o público, como que era?

MAS: Então, o perfil do aluno, nas primeiras turmas, era um perfil bastante variado. A maioria eram pessoas que já tinham terminado o ensino regular, pessoas que não trabalhavam na área, e muitas pessoas que procuravam a oportunidade de conhecer um pouco sobre a área

jurídica, até com a intenção de participar de cursos públicos, de conseguir melhorar um pouco em termos profissionais. Hoje, esse perfil é totalmente diferente.

MAS: Hoje, a maioria dos alunos do curso Técnico de Serviço Jurídico são alunos mais jovens, inclusive, temos profissionais de outras áreas correlatas, como profissionais que trabalham com administração, contabilidade, que buscam essa formação para agregar mais os seus conhecimentos.

PCM: E você tem uma lembrança de qual era o currículo? Se era um bom currículo?

MAS: A gente teve algumas mudanças no currículo ao longo desses mais de dez anos. No primeiro momento, o curso foi estruturado com um currículo bastante enxuto, então, achamos disciplinas específicas de direitos, desde o primeiro semestre, no curso de três semestres, aprendia-se sobre constitucional Introdução ao Estudo do Direito, Técnicas de Atendimento, Direito Penal, Direito Civil, Trabalho, Tributário, Direito Administrativo. E no último módulo do curso, ensinava-se bastante sobre técnicas processuais, sobre os procedimentos. Hoje, o currículo mudou muito.

MAS: Hoje, nós temos um Plano de Curso... a gente percebe uma melhoria muito significativa, porque os alunos têm uma base de formação administrativa para atendimentos, para rotinas administrativas, que são mais condizentes as atividades profissionais, dessa habilitação de Técnico de Serviço Jurídico desde o primeiro ano. Então, a gente percebe uma melhoria, até para atendimento mesmo das demandas de mercado de trabalho.

PCM: E dessas primeiras turmas, conhece os profissionais?

MAS: Conheço, vários profissionais. Sim, sim. Hoje, nós temos vários alunos, inclusive ex-alunos que já lecionaram conosco na instituição, ex-alunos que seguiram essa área e cursaram graduação em Direito, temos ex-alunos que hoje ocupam empregos públicos, cargos públicos de escrevente, que trabalham em cartório. Então, foram alunos que tiveram uma passagem pela escola e que hoje voltam trazendo experiências pela contar dos alunos atualmente, como foi estudar conosco, como foi ingressar no mercado de trabalho a partir dessa formação técnico de serviço jurídico.

PCM: E você sabe o motivo de ter trocado o nome do curso Técnico Jurídico para Técnico de Serviço Jurídico?

MAS: Eu me lembro vagamente a respeito disso. Nós tínhamos, no início do curso, essa denominação Técnico Jurídico...Isso chamou a atenção por dificultar um pouco a interpretação das pessoas em geral, da comunidade, sobre quais eram as atribuições do Técnico Jurídico. E aí, o órgão competente dentro da instituição cuidou de repensar esse nome para Técnico em Serviço Jurídico. Então, hoje a gente tem bem definidas as atribuições do Técnico em Serviço Jurídico. É um profissional que não presta consultoria, é um profissional naturalmente que não tem nenhuma atribuição relativa a um profissional específico da área do Direito, mas que auxilia em demandas administrativas, operacionais, órgãos que lidam com questões administrativas, técnicas jurídicas, com cartórios de notas de registro, empresas em geral, departamentos administrativos de recursos humanos, contábeis.

PCM: Me conta, você percebeu um declínio do curso? Depois de alguns anos? Como é que é isso? O que você acha que aconteceu?

MAS: Eu percebo o seguinte, nós tivemos um momento em que o curso era novidade na cidade. Então, as pessoas procuravam a escola, porque o curso foi formando a sua identidade, os alunos falavam para outros, familiares, para outras pessoas, e isso despertava interesse na comunidade. Depois, num certo momento, nós saímos da Classe Descentralizada e viemos para a sede da sede. E eu acredito que nesse momento foi o período em que o curso se manteve mais forte. Só que, ao passar dos anos, a escola observou a possibilidade e até a necessidade de atender a demanda da comunidade escolar, que era alterar a modalidade de oferta do curso, deixar de ser um curso técnico concomitante, modular e concomitante no período noturno, e passava a ser um curso técnico integrado em ensino médio. Porque muitos alunos que estavam se formando no ensino fundamental, buscavam essa oportunidade de formação integrada. Então, a escola decidiu, também o Conselho, a fazer essa alteração e tem dado muito certo. Hoje, o nosso curso é um curso com identidade forte...

PCM: Um curso técnico à noite, desvincula ao ensino médio, você acha que...Você acha que as faculdades...

MAS: Sim, hoje a gente oferece esse curso na modalidade de uma forma já alternada, com outras habilitações dentro do eixo de gestão e negócios. Mas aspectos internos influenciaram muito nessa medida que a escola tomou, para justamente manter um curso atrativo, mas ao mesmo tempo ciente de que não há demanda todo semestre para formação de turma. Nós temos hoje, só no município de Pindamonhangaba, duas instituições grandes que oferecem o curso de Direito, com um preço bastante acessível. Então, naturalmente as pessoas, quando

buscam uma formação, consideram...Já é uma formação de direito superior, o valor é atrativo. Então, a gente tem ofertado semestre sim, semestre não nesse curso.

PCM: Professor Mário, eu vou encerrar, mas a gente volta para conversar sobre o período da sua direção. Tá bom? Obrigada, viu?

Descritores:

História Oral na educação
Memórias do trabalho docente
Mário Augusto de Souza
Patrícia Campos Magalhães
Etec João Gomes Araújo
Centro de Memória
Técnico Jurídico
Técnico em Serviços Jurídicos
Cartório
Arlete Cândido Monteiro Vieira
Classe descentralizada

Dados Biográficos do Entrevistado:



Mário Augusto de Souza

Mário Augusto de Souza é graduado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo, mestre em Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e licenciado em Pedagogia pela Universidade de Taubaté. Professor do Centro Paula Souza desde 2010, atua na Etec João

Gomes de Araújo, em Pindamonhangaba/SP, onde possui experiência em gestão escolar desde 2019. É também professor universitário, advogado e pesquisador, com atuação nas áreas de Direito Público, Direito Penal e Processo Penal, além de integrar grupo de pesquisa e comissões da Ordem dos Advogados do Brasil.

Dados Biográficos da Entrevistadora:



Patrícia de Campos Magalhães

Patrícia de Campos Magalhães é docente e advogada. Possui graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade de Taubaté (UNITAU) e graduação em Letras (R2) pelo Claretiano. É pós-graduada em Português, Literatura e Linguagem pelo Claretiano e especialista em Educação Técnica pela Faculdade São Luiz EAD. Tem experiência na advocacia e como professora do ensino profissional. Foi mestranda em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Atua em pesquisas e trabalhos acadêmicos relacionados a direitos humanos, liberdade de expressão e políticas públicas, além de participar de iniciativas de preservação e resgate da história da instituição por meio de projetos de memórias e história da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza.

Anexos: (Documentos sigilosos e não abertos online ao público)

Termo de Cessão dos Direitos Autorais Mário Augusto de Souza

Termo de Cessão dos Direitos Autorais Mario Augusto de Souza